
ESTRATÉGIA E ÁREAS CULTURAIS

ESTRATÉGIA E ÁREAS CULTURAIS

1. A Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de Dezembro de 1948, parecia um ponto final na querela das superioridades relativas dos sistemas culturais, e nos conflitos que secularmente invocam tal fundamento para mobilizar as forças em confronto.

Não se tratava apenas de repetir, com maior solenidade e suposta audiência, que «*todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos*», mas sobretudo de finalmente tornar existencial a regra de que nenhuma diferença será reconhecida, quer provenha da raça, quer da cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outra, origem nacional ou social, fortuna, nascimento ou diferente situação.

S. Paulo não desdenharia ter sido o redactor de tão nobres palavras, mas infelizmente conta-se que Jacques Maritain, ao ser interrogado sobre se os responsáveis pelo texto tinham chegado a acordo, respondeu que sim mas que não sabia sobre o quê.

Sublinhava assim que a única triunfadora era a semântica, e por isso, em 1962, num ensaio que chamei *Geração Traída*, os seguintes comentários procuravam exprimir a distância entre as palavras e os factos:

«Aqueles que atingiram a maioria na década de quarenta bem podem considerar-se os representantes de uma geração traída. Todos nos lembramos da mobilização das consciências para a defesa da liberdade do homem contra os totalitarismos que cobriam a humanidade de vergonha pelo simples facto de a dominarem pelo medo. Nunca, no caminho do calvário do Ocidente, tinham morrido tantos milhões de homens sucumbidos ao peso de uma cruz demasiadamente pesada para ser transportada até ao fim. Nesses anos tumultuosos, nações inteiras, e tantas que não podem contar-se pelos dedos, alimentaram-se exclusivamente da esperança num mundo melhor e a isso sacrificaram, quase alegremente, a totalidade da sua juventude. Homens cuja vida não

conhecera um só dia de plenitude encontraram ainda forças e meios para gravarem no coração dos filhos as promessas dos chefes em que todo o Ocidente acreditou: nunca mais uma nação seria destruída em benefício de outra; todo o homem poderia amar a Deus como quisesse e teria o direito de não ter medo; a liberdade contra a miséria ficaria inscrita para sempre na carta dos direitos do homem; os interesses puramente económicos nunca mais seriam considerados legítimos contra o núcleo de convicções morais em que se traduzia o nosso ideal de justiça e liberdade do homem e dos povos.

Depois, nem sequer ainda enterrados mas já esquecidos os mortos, a Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Hungria e assim por diante faziam-nos perceber o que era isso de nunca mais uma nação poder ser destruída em benefício de outra; a igreja do silêncio e o silêncio de tantos povos escravizados demonstraram o alcance do direito de amar a Deus e de não ter medo; o caudal de refugiados, que constitui um dos graves problemas do nosso tempo, o alargamento do trabalho forçado a zonas vastíssimas do Mundo, a aceitação no convívio internacional de Estados que legalmente consagram a escravatura, definiram o que se entendia por liberdade contra a miséria; os Estados condutores que se declararam contra uma concepção materialista do mundo e da vida não encontraram outra bandeira que não fosse o enriquecimento e o bem-estar económico para encabeçar o seu programa, e assim definitivamente nos esclareceram sobre o sentido do idealismo que pregaram. Não para evitar qualquer escusada dureza em relação a tais chefes, mas para benefício da nossa tranquilidade de espírito, seria útil encontrar uma palavra diferente de traição para designar o procedimento de que todos fomos e estamos a ser vítimas.»

2. A Declaração correspondia pelo menos a um facto político de importância mundial, que era o fim da supremacia política europeia nos Trópicos, a derrocada dos impérios coloniais que as democracias ocidentais tinham construído, e o termo do governo indisputado do mundo pela etnia branca. Aquilo que Kipling tinha chamado *o fardo do homem branco* chegava ao fim, e a UNESCO assumia o encargo de inventariar todas as respostas que os homens deram, em quaisquer latitudes e tempos, aos desafios do mundo e da vida, para as reunir como acervo comum da humanidade.

A sua *History of Mankind*, que anda esquecida por esconsas prateleiras e que o mercado dificilmente fornece, destinou-se a servir tal objectivo pacifista e congaçador.

Pela primeira vez tornar-se-ia efectiva a regra da igualdade dos homens, e o *Direito Internacional* passaria a exprimir a subordinação dos poderes soberanos ao interesse ou bem comum do género humano concebido como um só rebanho instalado na Terra.

A ONU, as agências especializadas, o reforço da jurisdição do Tribunal Internacional de Justiça, a codificação do direito sobre o mar territorial e a zona contígua, a convenção sobre o mar alto, a convenção sobre a conservação dos recursos biológicos do alto mar, a convenção sobre a plataforma continental, a convenção sobre as relações diplomáticas, a suspensão das pretensões sobre a Antárctida, o regime de exploração do espaço, tudo se inscreve no projecto de plasmar a nova esperança, definindo o *património comum da Humanidade*.

Do ponto de vista ocidental, ou mais restritamente europeu se quisermos autonomizar o fenómeno americano, toda a questão se traduzia em pôr um ponto final na Era Gâmica, e aceitar que chegara ao extremo limite a possibilidade de *construir o Euromundo*. Este projecto, cristocêntrico, existiu, desenvolveu-se, deixou marca até agora não apagada, e teve um épico que se chamou Luís de Camões, o qual merece uma atenção mais profunda do que transformá-lo em pretexto de conflito de presidências de festividades.

De facto, o seu poema não se limita a consagrar o troço do caminho andado até 1572, data do aparecimento do livro, antes constitui um *manifesto político* que toma partido em relação ao futuro. Aceita uma concepção do Estado ao serviço duma *missão nacional*, que acreditava inscrita num *desígnio ocidental*, e vinculada a um *propósito transcendente*. Não canta os que condenaram o projecto de ser senhor «da Índia, da Pérsia, Arábia e da Etiópia», nem os que amaldiçoam «o primeiro que, no mundo, nas ondas vela pôs em seco lenho»; canta sim os que «por mares nunca dantes navegados passaram ainda além da Taprobana», «e entre gente remota edificaram novo Reino, que tanto sublimaram».

A Europa que descreve no Canto III é plural em vários sentidos, mas com todos os seus povos conscientes de pertencerem à «Soberba Europa», que se identifica pela lei daquele «que do Céu à Terra, enfim, desceu para subir os mortais da Terra ao Céu».

Nela identifica «o Reino Lusitano», cujos lusíadas, afirma o Canto II, «*novos mundos ao mundo vão mostrando*», de tal modo que «*por eles, de tudo enfim senhores, serão dadas na terra leis melhores*». Por isso lhe parecia «*estar o Céu determinado de fazer de Lisboa nova Roma*».

Quando, em 1885, a Conferência de Berlim definiu autoritariamente as regras de ocupação das terras ainda não efectivamente senhoriadas, parecia que o projecto tinha chegado à consumação. Todo o poder político efectivo do globo era ocidental, por muito debilitada que estivesse a soberania lusitana, o Direito Internacional era de raiz europeia, o critério do progresso do mundo confundia-se com a ocidentalização, a etnia branca detinha o governo real em toda a parte, mesmo no continente americano onde todas as revoluções tinham sido obra de europeus transplantados, capitalistas, liberais, cristãos de comportamento quando não de credo.

Nesta longa caminhada, ainda que muitos dos tratados então em vigor comessem por invocar a Santíssima Trindade, o critério da fé religiosa deixara entretanto de ser o grande identificador das áreas culturais, a começar pelo Ocidente dominador. Uma concepção laica generalizada do Estado, um legado político expresso em fórmulas de legitimidade democrática e de constitucionalismo organizacional, um comportamento privado moldado na herança jurídica romana corrigida pela contribuição cristã, uma vontade de poder compartilhada, a segurança da superioridade cultural científica e tecnológica, a arte de exportar capitais produtivos, o domínio dos transportes, e a por vezes inconsciente identificação étnica, pareciam definir melhor os suportes da missão assumida de colonizar o mundo.

3. Por isso analistas como Toynbee e Panikar definem os ocidentais como os grandes agressores dos tempos modernos, esquecidos por exemplo de que Viena estava de joelhos em face dos turcos no século XVI. Por outro lado, omitem a doutrinação constante no sentido de que o poder ocidental em expansão não deveria destruir as culturas com as quais se ia defrontando.

Não é justo esquecer o combate de homens como Bartolomeu de Las Casas ou, para não tornar fastidiosas as citações, o Padre António Vieira. Este último parece de resto ser leitura proveitosa ainda hoje para soldados e civis, porque de tudo se informava e sabia, incluindo as artes militares.

Não se empenhou apenas na defesa dos judeus, sistematizando em 1641 as «razões apontadas a El Rei D. João IV a favor dos cristãos-novos para se lhes haver de perdoar a confiscação de seus bens, que entrarem no

comércio deste reino». É também a defesa dos índios, tão viva no voto que exarou «*sobre as dúvidas dos moradores de São Paulo acerca da administração dos índios*», como fizera no Sermão da Primeira Dominga da Quaresma pregado em São Luís do Maranhão em 1653, e no Sermão de Santo António proferido igualmente nesse ano na mesma cidade.

Aquilo que sobretudo parece merecer destaque é o facto de Vieira ter compreendido que as diferenças culturais andavam a radicar-se numa óptica racista, que foi o terrível legado do tempo que vivemos.

- a) Quando a UNESCO se organizou, em 1945, logo no preâmbulo do Acto Constitutivo se proclamou que «a grande e terrível guerra que agora acabou foi tornada possível pela negação do ideal democrático da dignidade, da igualdade e do respeito da pessoa humana e pela vontade de lhe substituir, explorando a ignorância e o preconceito, o dogma da desigualdade das raças e dos homens». Em 1949, acedendo a uma solicitação do Conselho Económico e Social, resolveu: 1) investigar e difundir os dados científicos pertinentes às questões raciais; 2) preparar uma campanha de educação baseada nesses dados. Deste modo tomavam forma velhas preocupações de Masaryk e Benes, e finalmente a Proclamação de 18 de Julho de 1950 fazia a solene afirmação da igualdade do género humano, sustentando que «os antropólogos só podem estabelecer uma classificação racial sobre caracteres puramente físicos e fisiológicos».

Tal verificação não impediu que seja política e socialmente viva uma teoria de mitos raciais que assume frequentemente o papel identificador das zonas e dos estratos culturais.

Os principais mitos identificados pela UNESCO foram o *judaico*, o *ariano*, o *mestiço* e o *negro*.

O primeiro, atingindo um povo forte do seu Livro, com um passado carregado de perseguições e um presente incerto, mostra-se diariamente capaz de abalar a paz mundial pelos corolários decorrentes da fundação do Estado de Israel.

O segundo, serviu de ingrediente emocional à mobilização nazi da II Guerra Mundial, e presidiu à desesperada tentativa de organizar a Europa segundo um esquema de subordinação hierárquica dos povos.

O mito dos mestiços, que absorveu tudo o que é suposto pejorativo nas etnias que se cruzam, sem que tenha sido possível implantar a convicção contrária da soma das virtudes, mostra-se activo na instabilidade da vida civil dos países onde cresceram em número, incluindo os Estados Unidos da América.

Finalmente o mito negro implantou-se firmado nos dois pilares do tráfico dos escravos e da verdadeira guerra civil que as grandes democracias ocidentais travaram para ocupar a África no século passado.

Este último, sem exclusão dos outros, foi o que maior relevo teve na experiência doutrinária portuguesa, porque os índios sempre encontraram notáveis defensores, especialmente entre os jesuítas, e o seu drama processou-se numa época em que o mundo estava longe de constituir a unidade em que se transformou. Mas os negros, para além da escravatura e do tráfico, fizeram defrontar todos os princípios das grandes democracias ocidentais, ao ocuparem a África, com o problema que não abandona o poder político, e que é a falta de autenticidade.

Da experiência anterior, essa questão da autenticidade teve manifestações importantes em livros como a brochura de 1772, do Reverendo Thomas Thompson, intitulada *Como o comércio de escravos negros na Costa de África respeita os princípios de humanidade e as leis da religião revelada*; ou como a dissertação do Reverendo Josiah Priest, de 1852, chamada *A Bible Defense of Slavery*; ou, já em 1900, no livro de Carrol, *The Negro as a Beast*, onde procurava coligir as provas de que os negros não pertencem ao género humano e que a sua constituição é particularmente simiesca.

Longe estávamos de Las Casas quando no século XVI sustentava que a igual dignidade de todos os homens andava amesquinhada pelos factos do poder, pelo que Gabriela Mistral o considerou «uma honra do género humano».

O facto é que a falta de autenticidade política que embaraçava os teólogos e moralistas manteve-se com a divisão da África entre as potências que tinham proclamado o constitucionalismo liberal, o Estado de Direito, a democracia, a soberania popular, a laicidade do poder, os direitos do homem. Mudaram os princípios, mudou

nas metrópoles a sede do poder, mas não mudaram os factos, agora avultados pela efectiva ocupação do interior da África, pela imposição das exigências da industrialização, pelo regime do trabalho e da agricultura, pelo desaparecimento de quaisquer zonas imunes à intervenção ocidental.

- b) Quando, em Abril de 1955, reuniu em Bandung a Conferência daqueles que Soekarno chamou *Les Peuples Muets du Monde*, a cor da pele assumia o relevo de matriz identificadora de uma vasta área colonizada pelos ocidentais, ou, se quisermos uma fórmula mais brutal e exacta, pelos brancos.

Foi uma excelente altura para lembrar as páginas alegres de *Stalky and Company*, nas quais Rudyard Kipling explicou como se preparou uma geração de ingleses para sustentar «*sob os céus distantes, do homem branco o mais pesado fardo*». A Conferência marcou o ponto de arranque para a expulsão do homem branco da Ásia e da África.

Lembrar que a autenticidade era outro caminho possível, reivindicar a validade do colonialismo missionário, apelar para a igualdade efectiva, lembrar Anchieta, Las Casas, Suarez, São Francisco Xavier, António Vieira, ou até evidenciar que novos princípios não seriam o dique que impediria a corrente contínua dos factos da política, tudo foi silenciado pela definição racista das áreas em confronto. A doutrina portuguesa da igual dignidade de todas as etnias, o lusotropicalismo sistematizado pela análise sociológica, a miscigenação dignificada pela filiação reconhecida, eram acordes ensurdecidos por um clamor que cobria, com o seu fragor, a luta de sempre pelo domínio político, agora com novos competidores, mas estes sem possibilidade de formularem objectivos originais para uma terra que continua a mesma. A luta pelo poder manteve-se como fenómeno permanente e dominante.

4. Ao contrário daquilo que imaginaram apressados catalogadores de outras componentes identificadoras das áreas que assim ganharão expressão política autónoma, não foi o *património cultural participado* que finalmente se impôs, foi sim a *linha ideológica* adoptada pelos poderes de novo instalados que se tornou dominante na definição do perfil dos campos que se extremaram.

- a) A etnia branca, nas zonas onde o soviétismo não alcançou o poder, e como que sobressaltada pelo dedo acusador de Bandung, pareceu desorientada em busca de uma identificação própria mas filiada em valores.

Na Europa, antiga sede do governo do mundo, correu para Genève a ver se descobria o que é isso de ser europeu, cavando ruínas em busca das raízes romanas, judaicas, cristãs e gregas. Ao mesmo tempo que reencontra, limpa, alinha e avalia aquilo que vai inventariando, também reconhece que dificilmente se identifica ainda com um centro de poder, vê crescer dentro de si as correntes que em nome da cultura desfeiteiam o Estado, e reconhece-se dependente em todos os domínios da segurança.

Quando procedem à análise global do ocidentalismo, o que nos transmitem pelas vozes autorizadas de Aron, Galbraith ou Marcuse, é que somos mais um modo de viver do que um projecto de futura vida, todos submetidos ao esquema da industrialização, da afluência e do consumo, ameaçados de ver ruir o sistema por uma crise de alimentação de energia e de matérias-primas.

Acontece que esta maneira de viver ultrapassa de facto os alinhamentos ideológicos, espraia-se por uma vasta área que ocupa o norte do mundo, dá sentido à América Latina e identifica longínquas ilhotas ocasionais onde o esquema ocidental da vida se implantou mais fortemente.

As sociedades que vivem em regime soviético e as que vivem segundo o legado político ocidental, por grande que seja a diferença do seu relativo desenvolvimento, todas parecem em conjunto obedecer a essa moldura em que a máquina substitui o músculo, o computador toma o lugar da memória, a produção é submetida a uma extrema divisão de trabalho, o urbanismo cresce, a expectativa de vida aumenta, as fatalidades naturais são menos desastrosas e frequentes. Para os povos que, partindo do contraste da cor da pele, foram descobrindo que podiam encontrar afinidades com outros povos que também foram colonizados pelo Ocidente, toda essa zona lhes parece rica, em contraposição àquela que habitam e que por contradição lhes aparece pobre. Julgam descobrir que há uma *cultura do rico*, como há uma *cultura pobre*, sendo que estes são agrários,

submissos às exigências da terra e das estações, sem tecnologia própria que lhes consinta o salto em frente, fornecedores de matérias-primas e de braços, incapazes de produzir ao menos os quadros suficientes para o manejo de uma administração que obedeça à divisão dos poderes e à especialização de funções.

É a zona dos 3A (Ásia — África — América Latina), o grande campo que circunda a cidade planetária que nasceu e cresceu principalmente na parte norte do globo. A pobreza atenua o racismo porque são variadas as etnias que mergulham na mesma condição, tal como a riqueza produz ocasionais apaziguamentos entre os campos separados pelas ideologias, intervalos de «détente» ou de coexistência pacífica que parecem os compassos de paragem exigidos pela revisão de todas as máquinas.

Assim como Nehru, Sukarno, Kenyatta, Lobumba, foram animadores do racismo identificador da revolta, foi Mao-Tse-Tung, um dos maiores estadistas contemporâneos, quem melhor teorizou a definição de uma área da pobreza, identificada pela condição e modo de vida, politicamente mobilizável contra os ricos, animada pela convicção de que o campo pode vencer a cidade, como ele próprio demonstrara na China. Uma vasta zona cultural e política, sempre mal conhecida pelos ocidentais, mas com uma experiência histórica longa, com o talento e sabedoria secular de organizar grandes espaços, grosseiramente votada ao isolamento diplomático por duas décadas, tomava a iniciativa de definir uma nova frente de combate em direcção à qual se procuram agora lançar as pontes que vão sendo chamadas diálogo norte-sul, cooperação norte-sul, ou nova ordem económica mundial, com as variações semânticas a acompanhar as opções ideológicas dos intervenientes.

- b) Nada porém impediu que a linha dominante seja a da ideologia orientadora dos poderes que se instalam. Quando a etnia branca se reconheceu industrializada, afluente e de consumo, politicamente só encontrou mobilização nos projectos ideológicos dos governos em exercício, todos inseguros a respeito da obediência das retaguardas, nenhum firme na convicção de que os sistemas defensivos não estão realmente à mercê da conquista do poder por outras formações

ideológicas, tão receosos do voto, como da greve, do golpe de Estado, ou da revolução.

As fronteiras terrestres perderam a importância do passado, a identificação cultural subalternizou-se, a linha ideológica salta os mares com desprezo pelo antigo peso da continuidade geográfica, as sociedades não obedecem à ética do bem comum mas sim à teoria dos conflitos.

Com frequência crescente, o poder exerce-se no sentido de alterar os valores da sociedade civil e não para os servir, a própria luta pelo acesso ao domínio político passa por uma campanha de substituição dos valores que exprimem a cultura tradicional e identificadora, impondo outras respostas aos problemas da vida da família, da propriedade, da religião, da contratação.

Parece certo que o sistema cultural esteve sempre exposto a essa tensão entre o adquirido, que se exprime em modelos de conduta, e a intervenção de projectos de mudança, que variam apenas nos métodos. Quando se fala na herança cristã do Ocidente omite-se que a implantação do cristianismo foi uma revolução, nem sempre apoiada no consentimento e no pacifismo. Nisto poder-se-á pretender que portanto não há novidade, e que os ideologismos desempenham essa função renovadora, usando eventualmente a força.

Intervém porém aqui o problema dramático das escalas de valores, que todas são indemonstráveis racionalmente, e que inevitavelmente vão acompanhadas de alternativas que as negam. Na famosa expressão de Max Weber cada um escolhe o seu Deus ou o seu Diabo e não poderá fundamentar a escolha em pressupostos lógicos. A questão das ideologias é que define projectos de sociedade que o poder adopta, e este não se baseia necessariamente, para a sua implantação, no consentimento da maioria à mudança proposita. Na generalidade dos casos dos poderes políticos em exercício no mundo, é um poder militar ou militarizado que conduz a mudança em nome das ideologias, com rara atenção à vontade dos povos.

E por isso as fronteiras ideológicas são as características do nosso tempo, dividindo as nações por metades, os velhos continentes por compartimentos, as sociedades civis por grupos em conflito existencial. São duas Alemanhas, dois Vietnams, duas Coreias, duas Angolas, duas Europas, vários projectos de França ou de Itália,

duas NATOS, vários projectos para uma só nação, um só continente, uma só defesa. A tomada do poder decide o projecto. É uma Polónia católica submetida ao sovietismo, um claro exemplo de conflito entre a cultura e a ideologia, são os povos sem escrita submetidos por toda a África Negra à violência estrutural das fronteiras herdadas do colonizador e ao projecto ideológico dos poderes que o substituíram. Deste último conflito, o genocídio dos Ibos, sacrificados à política da estabilidade das fronteiras artificiais que a OUA aceitou, é apenas um dos exemplos mais conhecidos e dramáticos.

As sociedades, do ponto de vista político, tendem para deixarem de ser identificadas pela religião, pela ética, pela maneira de viver, porque alinham nos cálculos estratégicos segundo o programa ideológico dos governos.

Os sistemas culturais passam a instrumentais e, em vez de serem servidos pelo poder, são manejados pelo poder para a realização das suas metas.

A filosofia soviética, negadora dos nacionalismos clássicos, internacionalizadora das solidariedades, é em nome da Santa Pátria Russa que levanta um muro de vinte milhões de mortos diante do invasor alemão.

Numa Europa educada por uma geração de relativistas, de cépticos, de freudianos, é nas Pátrias que o general De Gaulle procura a base possível da defesa, e por isso sai da NATO com escândalo imediato dos parceiros, para que os factos, na observação posterior de Kissinger, lhe venham a dar a fraca razão que ainda vive neste continente ameaçado de finlandização.

Na América Latina, a revolução em marcha, que já vai separando Cuba e os Andes do resto, apela para o idealismo que animou Bolívar, copia-lhe as atitudes e os métodos, assim como mobiliza, com o exemplo de Camilo Torres, a fé tradicional das populações. O projecto ideológico tenta conseguir a obediência generalizada da sociedade civil pela utilização dos valores culturais, sempre que não os pode substituir.

5. Admitamos, nem que seja pelo vício da sistematização, que o *sovietismo*, o *legado ocidental*, e o *neutralismo*, absorvem a totalidade das divergências ideológicas em acção. Simbolizemos em Marx, Erasmo e Ghandi,

sem erro clamoroso, as matrizes teóricas do processo, só para não alinhar outros nomes menores que parecem logo tirar altura ao problema.

Quando Lenine, Roosevelt ou Nerhu afirmam empunhar as mesmas bandeiras que aqueles ergueram, a única coisa que servem ininterruptamente, embora com variações apreciáveis, é o processo do poder político que instrumentaliza a cultura em favor das ideologias, e usa as ideologias como instrumento do domínio político.

Nenhum deles se considerou habilitado a sacrificar ambições do Estado a princípios proclamados, foram anticolonialistas nas zonas geográficas dos competidores e nunca nas suas, admitiram as revisões das fronteiras que fossem alheias, desenvolveram até onde puderam o princípio aristocrático da hierarquia das potências, pavimentaram a marcha imperial com milhões de mortos.

São de facto os herdeiros e sustentadores da clássica teoria maquiavélica do poder, e os mais conservadores apoiantes da soberania aglutinadora das diferenças étnicas e culturais.

A Rússia é um império multicultural e multirracial, onde a variável política não admite desafios, sem esquecer a afirmação constitucional, para fins de imagem, da soberania de cada uma das unidades integradas no todo.

O sonho da Grande-Índia só adoptou um compasso de espera quando as montanhas de mortos que custou a divisão a que presidiu Lord Mountbatten tornaram impossíveis todos os movimentos.

Na bandeira da insurreição que consagrou a independência dos Estados Unidos da América, a chuva das estrelas já não permite distinguir as modestas treze iniciais, e não está dito em parte alguma que há um limite. As leis da história de que falava Marx, a razoabilidade que praticou Erasmo, o pacifismo que pregou Gandhi, tudo tem relação invisível com as leis que guiam a luta pela aquisição, manutenção, expansão e exercício do poder político em todas as épocas e circunstâncias. O pobre Abel não pára de receber golpes, e Caim não se cansa de agredir.

É por isso que os grandes factos políticos do nosso tempo continuam a derivar da matriz maquiavélica, e não do proclamado ideal da UNESCO, nem da esquecida doutrina dos teólogos quinhentistas, nem do pacifismo que venera a memória de Sócrates ou Thomas Moore mortos de morte violenta, e de Erasmo que morreu angustiado. A matriz verdadeira não tem expressão na Declaração Universal dos Direitos do Homem, que manda

respeitar por igual todas as culturas, tem antes desenvolvimento na Acta Final de 1 de Agosto de 1975, da Conferência de Helsínquia, na qual, sob a invocação dos grandes princípios, o que se procura é estabilizar precariamente as fronteiras de interesses entre os blocos em competição.

A verdade parece ter aflorado em duas intervenções recentes. A primeira de Fidel de Castro quando, na Conferência de Cuba de 1979, tentou conseguir que os não alinhados definitivamente aderissem ao bloco soviético, devendo-se certamente ao velho presidente Tito esse serviço de evitar o pior, porque o desequilíbrio procurado quase inevitavelmente conduziria à guerra. A segunda intervenção é da responsabilidade da China, que esqueceu dezenas de anos de isolamento, colocou em surdina as ideologias, adiou o problema da unificação, para lucidamente mobilizar a opinião mundial para o entendimento do conflito estratégico, da permanência dos interesses estaduais acima das proclamações doutrinárias, da real competição pelo domínio do mundo que está em curso.

6. A instrumentalização dos sistemas culturais em benefício das ideologias, a utilização das ideologias para a cobertura dos objectivos do processo político, tudo não se passa sem protesto em nome dos valores. Não valerá a pena lembrar a acção dos etnólogos e antropólogos em benefício da preservação das sociedades sem escrita, muitas vezes levando o seu afã ao extremo limite de as transformar em material de museu. Pela África fora, um revolucionarismo impaciente tem-se mostrado implacável na destruição das chefiarias e estruturas tradicionais que embaraçam os projectos de mudança, e por isso mais aniquilador no sentido da ocidentalização do que foram os expulsos colonizadores.

Não há muito que se possa fazer contra isso, salvo aprender que não se esgotará facilmente a lista das razões que levam os donos do poder a transformar uma geração em estrume do que pensam dever ser o futuro.

Todavia, no plano em que actua essa invenção que foi o Estado, tem de registar-se o crescente movimento de protesto da sociedade civil, que passa por sua criadora, contra a criatura que se libertou e parece obedecer a leis próprias de subsistência e evolução.

Aquilo a que chamam o movimento dos novos filósofos, porque dizem de novo coisas muito antigas, é uma das expressões desse crescente desgosto contra a manipulação a que o poder se entrega com frequência

excessiva, e que está na origem da náusea que faz crescer as probabilidades da deserção em caso de emergência e de confronto.

A multiplicação das contra-sociedades, o florescimento das religiões de consolo, e esse fenómeno atemorizador que são os poderes erráticos que se multiplicam e usam todas as capacidades tradicionais do Estado sem possuir nenhuma das suas características, são crescentes sinais do descrédito em que está caindo a velha invenção.

Mas aquilo que sobretudo avulta é o clamor pelo regresso ao perdido tipo de sociedades éticas, cuja matriz cultural profunda radica em valores superiores que as gerações reverenciam.

Inscribe-se neste movimento o renascimento do constitucionalismo de Maomé, apelando enlouquecido para o Livro que considera espezinhado pela agressão ocidental, e a transformar cada acto de protesto numa espécie de encenação do juízo final. Peregrino na Europa, e pregando aos católicos dos Estados Unidos da América, anda o expulso Dalai-Lama a consagrar monges e a clamar por um regresso à ética de que se considera depositário. Finalmente, a explosão do Verbo que se chama João Paulo II, incansável na crítica tanto importa nos países de Leste como nos do Ocidente, verberando os vícios em todos os lugares porque aquilo que encontra em todos eles é o Estado desvinculado duma ética superior, e por isso ágil na manipulação das culturas e das crenças.

Dizia Vieira, no Sermão da Terceira Dominga, pregado na Sé de Lisboa: «ora eu vos quero conceder o que não tendes, e supondo convosco, que verdadeiramente podeis tudo; ouvi, agora, o que ignorais, e porventura nunca ouvistes. Cuidais que o poder tudo, consiste em não haver coisa alguma a que se não estenda o vosso poder; e é engano manifesto. O poder tudo, consiste em poder algumas coisas, e não poder outras: consiste em poder o lícito e o justo, e em não poder o ilícito e o injusto; é só quem pode, e não pode desta maneira, que é todo-poderoso.»

Fica-se na impressão de que o descrédito crescente do Estado, tal como o conhecemos, anda a ter expressão no protesto das sociedades civis, e que este protesto não faz mais do que traduzir, em várias línguas, as palavras do pregador.

Adriano Moreira